

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.668 - SP
(2019/0241243-7)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
EMBARGANTE : M P DE O
**ADVOGADOS : STAVROS GEORGIOS REVYTHIS - SP189104
RODRIGO SCALET - SP228475
RENATA RODRIGUES SCALET - SP218010**
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CRIMES DOS ARTIGOS 241, **CAPUT**, COM REDAÇÃO DA LEI 10.764/2003, 241-A E 241-B, TODAS DA LEI 8.069/1990. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. DECISÃO MANTIDA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO E/OU CONTRADIÇÃO.

I - Os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão). Na espécie, à conta de omissão e contradição no v. acórdão, pretende o embargante a rediscussão da matéria já apreciada.

Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
Relator